



DISCURSO

& SOCIEDAD

Copyright©2012
ISSN 1887-4606
Vol. 6(2), 389- 417
www.dissoc.org

Artigo

Racismo discursivo – o debate sobre a política de cotas para negros na imprensa

Discursive Racism – the debate on affirmative action policies in the press

André Ricardo Nunes Martins
Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade
Universidade de Brasília (Brasil)

Resumo

Este artigo trata do racismo discursivo. Examinamos o debate na imprensa sobre a política de cotas para negros na universidade, iniciativa que começava a ser implantada no Brasil há cerca de dez anos e que suscitou um grande debate na imprensa. A pesquisa baseia-se nos estudos teóricos sobre raça, racismo e ação afirmativa e também sobre linguagem e análise de discurso crítica. Para a investigação, examinamos um conjunto de 1533 textos de vários gêneros discursivos do jornalismo de três jornais diários. Desse total, extraímos um corpus formado por 352 textos, baseados nos quais desenvolvemos a análise. Analisamos léxico, títulos, uso da negação, modalidade, argumentação e figuras de linguagem, especificamente metáfora e ironia. A pesquisa mostra como o foco do debate é desviado do problema do racismo para o sistema de ensino no país; como os negros são mostrados em posição de subalternidade no processo social e como a imprensa assume posição conservadora nesse debate. O artigo é uma apresentação condensada da pesquisa que deu ensejo à tese de doutoramento em Linguística, defendida em dezembro de 2004, na Universidade de Brasília, e que tornou-se livro em outubro de 2011, publicado pela editora do Senado Federal.

Palavras chave: racismo discursivo, imprensa e minorias, cotas para negros, análise de discurso crítica, democratização

Abstract

This article deals with discursive racism. We examine the way as the Brazilian press presented the debate concerning the affirmative action policy for blacks in universities, an initiative that began to be implemented in Brazil about ten years ago and that raised a major debate in the press. The work is based on theoretical studies on race, racism and affirmative actions, and also on language and critical discourse analysis. We examine a set of 1533 texts of various genres of journalism from three daily newspapers. From this total, we extract a corpus consisting of 352 texts. Based on them, we develop the analysis. We analyze vocabulary, titles, use of denial, modalization, argumentation and rhetoric (metaphor and irony). The research shows how the focus of the debate is diverted from the problem of racism to the question of the education system in the country, how blacks are shown in a position of subordination in the social process and how the media takes a conservative position in this debate. The article is a condensed presentation of the research that gave rise to a doctoral dissertation in linguistics, defended in December 2004 in the University of Brasilia, which became a book in October 2011, published by the Federal Senate of Brazil.

Keywords: discursive racism, press and minorities, affirmative action, critical discourse analysis, democratization process

Introdução

A Conferência da ONU contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância religiosa sobre racismo¹ fez crescer no Brasil iniciativas do movimento negro e da sociedade em geral em prol da implementação pelo governo brasileiro de políticas de ação afirmativa. Assim, já em 2002, setores do governo federal buscam, em resposta aos compromissos firmados pelo Brasil naquele evento, implementar entre outras medidas, a reserva de vagas na contratação de funcionários temporários. Paralelo a essas iniciativas, cresce o debate na imprensa sobre a conveniência de se implantar políticas de ação afirmativa voltadas para os afrobrasileiros no contexto da universidade pública.

Segundo dados do IBGE² do censo populacional de 2000, o segmento afrodescendente (incluindo pretos e mestiços) no Brasil correspondia a 44,7 por cento da população. O fato de o país possuir um grande percentual de pessoas mestiças sempre foi apontado como indicativo da existência de uma democracia racial no país, prova de que os diversos grupos étnicos misturaram-se ao longo do tempo, sem barreiras. Como consequência, não seria possível adotar políticas específicas para essa parcela da população, já que os aspectos que distinguem negros e brancos não seriam assim tão objetivos em pessoas mestiças.

Pesquisadores e ativistas negros há tempos já denunciavam a farsa da democracia racial no Brasil, apontando o racismo presente nos círculos de poder e no dia a dia da sociedade que envolve aspectos como a dificuldade de muitas pessoas, sem um preparo emocional e consciência coletiva, assumirem-se como negras – no discurso, no visual e outros aspectos – nos espaços competitivos da esfera pública. Além dessa discussão, já recorrente no Brasil, outros aspectos passaram a dar maior ressonância às propostas de Durban: o fortalecimento do movimento negro, o aporte de pesquisas sobre racismo e discriminação racial no Brasil, o ano eleitoral com a emergência de uma candidatura presidencial no campo da esquerda popular que acabou vitoriosa, gerando expectativas de grandes mudanças também nessa área e, por fim, a iniciativa de um governo estadual e das próprias universidades que por si só levaram a cabo um debate interno e a decisão de implantar a experiência da ação afirmativa de corte racial.

O debate que é travado na imprensa torna-se, portanto, emblemático do nível de discussão e aceitação da política de cotas em alguns setores da sociedade brasileira. Oposição, crítica, afronta, rancor, medo, animosidade e

indiferença quanto à desigualdade racial explicitam o racismo existente e camuflado na sociedade.

Três objetivos conduziram a pesquisa:

1º) Investigar como se constrói o discurso da imprensa sobre a política de cotas para os negros nas universidades;

2º) Examinar como é feita a representação dos negros no discurso da imprensa; e

3º) Investigar como o racismo se manifesta no discurso da imprensa.

Para alcançar esses objetivos, três questões de pesquisa foram propostas:

a) Que sentidos são recorrentes no discurso da imprensa sobre a política de cotas, como eles são fixados e que operação leva à fixação de alguns em detrimento de outros?

b) Que lugar social³ é construído para os negros no discurso da imprensa e de que modo são representados?

c) Como a imprensa contribui para a reprodução do racismo no Brasil, que mecanismos favorecem o racismo discursivo⁴ e como podem ser eliminados?

O objeto de trabalho da pesquisa é, portanto, o discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros. O *corpus* consiste de textos publicados por três jornais diários de grande circulação e reconhecido prestígio social: *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *A Tarde*. A escolha desses se justifica pela proeminência dos dois primeiros como veículos de projeção nacional, sendo cada qual publicado nas duas maiores metrópoles brasileiras. Já *A Tarde*, além do fato de ser publicado na terceira maior cidade brasileira e da relevância como veículo regional, justifica-se também pela conhecida proeminência que os negros e suas entidades organizadas têm em Salvador.

Foram coletados textos publicados entre 1º. de janeiro de 2002 e 31 de dezembro de 2003. O período corresponde não somente à etapa inicial de implantação da política de cotas, mas também ao último ano do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e ao primeiro da administração do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Entendemos que a conjuntura mostra-se assim favorável ao surgimento de expectativas e considerações de ordem política em face da transição governamental, animada pela discussão pública de uma política que, como se verá, tem suscitado uma séria divergência tanto entre pessoas comuns, quanto entre autoridades e especialistas.

Integram o *corpus* da pesquisa textos dos mais variados gêneros do jornalismo. Para selecioná-los, adotamos o critério de que os textos deveriam ou tratar de cotas raciais ou se reportar aos negros como segmento social no Brasil. Inicialmente, fizemos uma breve análise de cada um dos textos referentes aos negros, num total de 1.533. Em seguida, foram escolhidos apenas os textos que, ou tratavam da política de cotas como primeiro tema, ou que a ela se referiam em algum momento. O processo de seleção resultou em 352 textos, sendo esse portanto o *corpus* restrito do estudo.

A pesquisa teve dois enfoques teóricos. Um deles é representado pelos estudos voltados para o fenômeno do racismo. Aqui, discutimos a categoria de raça, a constituição teórica e manifestação prática do racismo, os tipos de racismo e a discussão em torno das políticas de ação afirmativa. O outro enfoque é sobre o discurso e precisamente sobre a Análise de Discurso Crítica. Abordamos a tríade discurso, imprensa e racismo, a relação linguagem e poder, discurso e modernidade tardia e a questão das minorias e sua representação na esfera pública, em especial na imprensa.

Na Seção a seguir, vamos tratar do primeiro enfoque.

Raça, racismo e ação afirmativa

Presente ao longo da história, o racismo – ou seja, o fenômeno de utilização do poder para oprimir, discriminar ou desfavorecer pessoas ou grupos de pessoas em detrimento de outros com base em critérios de orden racial ou pertencimento étnico – é um dos aspectos presentes no contexto social e político em que se desenvolve a segunda grande guerra mundial (1939-45). A política nazista de extermínio voltada para judeus, ciganos e outros segmentos sociais mostrou de modo contundente até que ponto os governos e sociedades podem chegar com o desenvolvimento de ideias racistas. Com a derrocada do nazismo, seguiram-se o repúdio mundial ao antissemitismo e às práticas racistas do III Reich e a aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem – sinais claros de que o racismo institucionalizado começava a se tornar algo insustentável.

Nos últimos cem anos, o conceito de raça aplicado à espécie humana evoluiu de uma categoria científica evocada na legitimação de práticas de racismo para uma categoria científica de valor basicamente instrumental a serviço da luta contra o racismo. O que teria possibilitado tal mudança? Vamos examinar alguns estudos que consideram raça como categoria de análise e o debate que fazem de raça como conceito científico.

O conceito de raça teria surgido na consciência social europeia de modo mais ou menos explícito no século XV (Goldberg, 2002). Antes, nas cidades-estados gregas, embora houvesse manifestações de discriminação etnocêntrica e xenofóbica e até mesmo a reivindicação de uma superioridade cultural, não haveria, de acordo com Goldberg, evidências seguras de que tais desigualdades fossem justificadas com apelo a uma determinação biológica.

Já no período medieval, quando categorias teológicas – na civilização judaico-cristã – passaram a presidir a distinção e valoração de indivíduos e grupos, a discriminação e a exclusão serviram a uma ordem diferente. Com a passagem desse período para a modernidade ocorre também uma mudança, segundo Goldberg, de um discurso da identidade humana e personalidade definido em termos religiosos para um fundamentado em termos de raça.

Ao abordar o conceito de raça ao longo da história, R. Miles (1993) considera que o termo ‘race’ aparece na língua inglesa no século XVII e, no século seguinte, já é usado nos escritos científicos na Europa e nos EUA, com o objetivo de nomear e fornecer explicação para certas diferenças fenotípicas entre seres humanos. No século XIX, segundo Miles, a teoria da ‘raça’ já é dominante e justifica a existência na população mundial de um número de raças distintas, cada qual com uma capacidade biologicamente determinada para o desenvolvimento cultural.

Segundo Miles, a reação ao nazismo – que justificou a opressão apelando à teoria das raças e de sua hierarquia – provocou críticas tanto na Europa quanto nos EUA. Esse movimento crítico leva à criação do conceito de racismo na década de 1930. Naquele momento, a fundamentação para a hierarquização de raças do ponto de vista da biologia perde espaço diante de novos estudos, mas os autores ainda se mostram bastante divididos quanto à existência ou não de ‘raça’.

Miles recupera a contribuição de autores marxistas como O. Cox e Szymanski que, segundo ele, teriam incorporado as ideias de ‘raça’ e ‘relações de raça’, atribuindo às mesmas status analítico dentro da estrutura de pensamento do marxismo, embora não reconhecendo nelas um conteúdo especificamente marxista. Já P. Gilroy, segundo Miles, confere ao conceito de ‘raça’ um valor descritivo e o emprego como categoria de análise.

‘Raça’ deve ser mantida como uma categoria analítica não porque corresponda a qualquer absoluto biológico ou epistemológico, mas porque se refere à investigação para o poder que as identidades coletivas adquirem por meio de suas raízes na tradição. (Gilroy, 1987: 247 apud Miles, 1993: 41)

Dessa forma Miles propõe então:

Não existem ‘raças’ e portanto não existem ‘relações de raça’. Há somente uma crença de que essas coisas existem, uma crença que é usada por alguns grupos sociais para construir um Outro (e portanto o Eu) no pensamento como um precedente para a exclusão e a dominação, e por outros grupos sociais para definir o Eu (e assim construir um Outro) como um meio de resistência e exclusão. Por conseguinte, se usada de alguma forma, a ideia de ‘raça’ deve ser usada apenas para referir de modo descritivo a certos usos da ideia de raça. (id.: 42)

P. Essed (2002) observa que a raça é notadamente uma construção ideológica e não simplesmente uma construção social, porque a ideia de ‘raça’ nunca existiu fora de uma estrutura de interesse de grupo.

A revisão de teorias em meados do século XX vai determinar pouco a pouco o abandono do conceito de raça com base numa perspectiva biológica. No entanto, a relevância atual das relações raciais e também do racismo contribui para que o uso da categoria não seja descartado mormente nas ciências sociais.

Nesta pesquisa, usamos raça como uma categoria de análise, sem qualquer julgamento de valor do ponto de vista da biologia, nem mesmo como distinção de perspectivas culturais entre os grupos humanos, para o que entendemos que o conceito de etnia seria mais pertinente. Apoiamos, portanto, um emprego estratégico do termo, como reconhecimento ao papel que considerações baseadas em questões de raça desempenham nas diversas formações sociais. Valendo-se da teoria marxista, S. Hall (2002) argumenta que o capital reproduz as estruturas de classe e o faz segundo a perspectiva da raça. Mas, ele acentua, aquilo que é arregimentado em prol da dominação pode ser também mobilizado em favor da resistência.

É útil debater a distinção entre racismo e racismos. O termo, no singular, aplica-se à ideologia racista que envolve a justificação da diferença entre as pessoas com base em distinções de apelo racial e é usada para legitimar relações de dominação ou as desigualdades no acesso ao poder e a recursos materiais e simbólicos. O termo no plural volta-se para a manifestação concreta do racismo de acordo com referenciais ou recortes distintos. Assim é que haveria um racismo contemporâneo ou novo em contraposição a um racismo velho, de apelo científico. Uma variante do eurocentrismo, isto é, a supervalorização da cultura e da estética branca européia – dominante nas elites brancas do continente americano – seria, portanto, um caso concreto de racismo e que atinge milhões de pessoas. O racismo simbólico ou discursivo teria a ver com a prática do racismo no domínio do discurso, da formulação de

representações (sentidos e imagens). Já o racismo cotidiano implicaria a noção de práticas racistas institucionalizadas no dia-a-dia das pessoas.

T. A. van Dijk (1991) observa que o racismo moderno abandona o pressuposto da noção biológica de raça ou suas hierarquias raciais associadas. Em vez disso, aponta a perspectiva da construção sociocultural adaptada ao contexto histórico presente.

Uma das implicações dessa transformação de racismo em etnicismo é o desenvolvimento de uma ideologia que reconhece diferenças sócio-culturais entre grupos étnicos diferentes, mas nega as diferenças de poder, e conseqüentemente a dominação da cultura ocidental. (id.:28)

Assim, o racismo persiste na sociedade americana apesar do sucesso trazido pelo movimento dos direitos civis e certamente influenciado pelos impactos deste. Essed (*idem*) refere-se a Gaertner e Dovidio que usaram a expressão de Kovel ‘racismo reverso’ para designar um tipo específico de ambivalência na sociedade americana, manifestada pela ocorrência simultânea de crenças liberais de igualdade e de sentimentos e crenças contra os negros, não-admitidos.

Essed também atribui a Sears e Kinder o uso da expressão ‘racismo simbólico’, para designar o fato de que muitas pessoas mantêm atitudes raciais relativamente progressistas como uma questão de princípio ao tempo em que desaprovam as implicações da política de ação afirmativa.⁵ Ela também demonstra que o racismo é tanto estrutura quanto processo. Como estrutura, observa-se uma dominação racial e étnica reproduzida pelo sistema mediante a formulação e aplicação de regras, leis e regulamentos e por meio do acesso a recursos e de sua alocação. Como proceso, implica estruturas e ideologias que não existem à parte das práticas diárias mediante as quais são criadas e confirmadas.

Essed fala em racismo cotidiano para o qual contribuem: (a) noções racistas socializadas que são integradas em sentidos que determinam certas práticas; (b) práticas com implicações racistas que se tornam familiares e repetitivas; e (c) relações raciais e étnicas subjacentes que ocorrem e são reforçadas por meio dessa rotina ou dessas práticas familiares em situações diárias” (id.:52).

Atualmente, uma das perspectivas para se abordar o racismo é sua expressão no campo do discurso. Em van Dijk (2000a), observa-se uma abordagem analítica do discurso como meio de examinar um novo tipo de manifestação do racismo. Esse ‘novo racismo’ pretende ser democrático e

respeitável daí porque se busca negar que seja racismo. Definindo racismo como “um sistema social de desigualdade ‘étnica’ ou ‘racial’”, van Dijk identifica dois componentes principais: o social e o cognitivo. O primeiro estaria relacionado a práticas discriminatórias diárias, no nível micro de análise, e ainda organizações, instituições, estruturas legais e outras, no nível macro. O segundo componente englobaria crenças, conhecimentos, atitudes, ideologias, normas e valores.

Focando diretamente as relações raciais no Brasil e como o racismo foi construído aqui, nota-se até o começo do século XX um predomínio no meio intelectual de uma perspectiva de desprezo pelo fenômeno da miscigenação, sendo a mistura das raças apontada como o fator responsável por sua degeneração. Com Gilberto Freire (1990), a miscigenação passa a ser vista como um traço constitutivo – e positivo – do povo brasileiro.

Em sua obra, Freire não dá destaque ao racismo como um problema sério das relações raciais no Brasil, minimizando a violência, física e simbólica, exercida contra negros e indígenas ao longo do tempo. O Brasil teria construído assim uma ‘democracia racial’. Essa perspectiva de tolerância ‘proposta por Freire para caracterizar as relações raciais no Brasil é contestada mais tarde por autores como Costa Pinto, Roger Bastide, Florestan Fernandes que apontam discriminações e inconsistências na tese freireana.

Apesar de toda a pesquisa que vem sendo feita nas últimas décadas, do aporte de dados quanto à desigualdade entre negros e brancos, fornecido por institutos de pesquisa aplicada e veiculados pela mídia e do fortalecimento do movimento negro nos últimos anos, o reconhecimento do racismo pela sociedade brasileira ainda é uma questão que desperta polêmica. Ora, se o assunto não é consensual, o mesmo vai se dar quanto à necessidade de se implantar ação afirmativa.

K. Munanga (1996) aponta distinções na percepção do racismo por parte de parcelas de segmentos da sociedade: para os liberais, o racismo teria a ver com a falta de cultura e instrução compatíveis com a economia pós-industrial da parte dos negros. Já para a esquerda, o racismo está ligado à questão de classe. Ele sustenta, no entanto, que o racismo antinegro não é mera sobrevivência do passado marcado pela escravidão, uma vez que a sociedade tem produzido novas formas de racismo como outros enfoques e sem ligação com o passado escravista. Ele cita Gonzales e Hasenbalg, para quem o perfil de desigualdades raciais “não é um simples legado do passado, ele é perpetuado por uma estrutura desigual de oportunidades sociais na qual negros e brancos são expostos no presente” (1982: 98 apud Munanga, 1996: 82). Assim, mesmo

quando negros usufruem das mesmas oportunidades dos brancos, a desigualdade está presente, o que seria prova do fator racial como determinante e específico nessa realidade.

Propondo-se a responder à ‘indagação clássica’ sobre o problema básico do(a) negro(a) ser devido à raça ou à classe, H. Santos (1996) entende que a opressão experimentada pelos afrodescendentes no Brasil seja dupla, “de raça e de classe, nessa ordem. Até porque a cor da pessoa é o que se sabe primeiro” (id.: 114). Segundo ele, na questão racial ocorre um círculo vicioso que se inicia com as dificuldades econômicas dos não-brancos, retroalimentadas, por sua vez, pelos seus efeitos.

A ação afirmativa é vista na pesquisa como uma política pública abrangente voltada tanto para a reparação de injustiças cometidas contra minorias raciais bem como para a promoção de grupos minoritários – aqui incluindo as de tipo racial como as que beneficiam outros segmentos como pessoas com deficiência ou militares veteranos de guerra.

Toda uma discussão foi feita no âmbito acadêmico nos EUA frente à política de ação afirmativa destinada aos afroamericanos. Aspectos éticos, legais, políticos e práticos foram abordados por autores como J. W. Nickel, J. L. Cowan, P. W. Taylor, M. D. Bayles, R. A. Shiner, A. H. Goldman, P. Woodruff, R. Amdur, B. R. Boxill, L. H. Newton, S. Hook, T. E. Hill Jr., G. Ezorsky e M. Marable.

A ação afirmativa (AA) admite uma perspectiva de reparação, para corrigir injustiças do passado, e uma perspectiva de compensação, voltada para reparar os males do presente e construir um futuro com relações inter-raciais mais equilibradas. Segundo Ezorsky, da perspectiva de compensação, isto é, voltada para o futuro, o propósito da AA é reduzir o racismo institucional. Isso acontece na medida em que os negros movimentam-se no propósito de atingir a integração ocupacional. Uma vez atingido esse propósito, milhões de negros já não serão mais impedidos injustamente, haja vista os efeitos de sua história de racismo, de alcançar os benefícios do emprego. Já, de uma perspectiva voltada para o passado, os negros têm uma reivindicação moral de compensação pela ofensa do passado. A injustiça suprema perpetrada contra os negros – a escravidão – requer tal compensação (id.: 73).

Um tanto distinta da experiência nos EUA, na realidade brasileira, o debate sobre a ação afirmativa para negros agrega outros aspectos alegados por críticos da medida: a suposta dificuldade em se definir quem é negro(a) no Brasil, o fato de que a medida se oporia a valores nacionais como o antirracismo, a não-existência de pessoas reivindicando tal medida sendo

antes fruto de uma vanguarda distanciada da população em busca de implantar no país uma experiência de fora.

Discurso e racismo

Perspectivas sobre raças, relações raciais e estruturas racistas, bem como o uso político das diferenças entre as pessoas de etnias diferentes são construídos e reproduzidos por meio da linguagem na prática social. A natureza eminentemente discursiva do racismo não deve ser tomada em detrimento de outras dimensões constitutivas do fenômeno, a saber, as condições materiais, sentimentos, desejos e outros valores, mas esta pesquisa busca examinar como, no discurso da imprensa sobre a política de cotas, a linguagem é posta a serviço de uma determinada perspectiva ideológica de rejeição das cotas e de reprodução do racismo contra os negros.

A expressão no campo do discurso é uma das perspectivas para se abordar o racismo atualmente. Nessa linha, van Dijk (2000) propõe uma abordagem analítica do discurso como meio de examinar um novo tipo de manifestação do racismo – que se pretende democrático e respeitável. O primeiro passo, nesse sentido, é negar que seja racismo. Ao definir racismo como “um sistema social de desigualdade ‘étnica’ ou ‘racial’”, van Dijk identifica dois componentes principais: o social e o cognitivo. O primeiro, relacionado a práticas discriminatórias diárias, no nível micro de análise, e ainda organizações, instituições, estruturas legais e outras, no nível macro. Já o segundo componente englobaria crenças, conhecimentos, atitudes, ideologias, normas e valores.

O discurso desempenha, assim, um papel preponderante na reprodução do racismo. Segundo van Dijk, “o discurso como uma prática social do racismo é, ao mesmo tempo, a principal fonte para as crenças racistas das pessoas” (id.: 36). Em um trabalho anterior, van Dijk (1992) já havia observado que a negação do racismo é um aspecto constitutivo do novo racismo. Ele também aponta diversas estratégias de negação entre as quais as do tipo ‘negação do ato’, ‘negação do controle’, ‘negação da intenção’ e ‘negação do objetivo’; as mitigações por meio do emprego de minimizações e eufemismos e de estratégias cognitivas e sociais relacionadas: justificação, excusas, alegação de provocação e responsabilização da vítima, inversão.

Assumindo que a linguagem não é, nem pode ser neutra, propomos que a linguagem em sua prática social está a serviço do poder. Poder, visto não em

sua perspectiva individual, mas sim em sua dimensão política, isto é, relacionada a sua manifestação na estrutura social.

Conceito diretamente relacionado ao de poder é o de ideologia. Para J. B. Thompson (1998), ideologia deve ser vista como “sentido a serviço do poder”. Segundo ele, “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (id.:76).

Notamos a intervenção predominante de uma ideologia racista na prática discursiva da imprensa. Em contrapartida, uma ideologia antirracista também se manifesta, construindo sentidos opostos e que confrontam o consenso social estabelecido. A mobilização e a fixação de sentidos de uma ou outra formação ideológica leva-nos a considerar com especial atenção o conceito de hegemonia. Com base na teoria de Gramsci⁶ – que vê na hegemonia uma característica fundamental da luta pelo poder nas sociedades capitalistas modernas – Fairclough (2001) considera a hegemonia tanto como liderança quanto como dominação nos vários âmbitos da sociedade (economia, política, cultura e ideologia). Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcialmente e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’.

Foucault¹⁶ (1986) lança mão do conceito de enunciado, tomado não como uma frase, ou uma unidade, mas antes como “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (id.: 99). Segundo ele, o enunciado está presente “sempre que se possa reconhecer e isolar um ato de formulação” (id.: 93).

Nesta pesquisa, valemo-nos de enunciados extraídos de textos sobre a política de cotas para os negros e que integram o processo discursivo na imprensa para identificar e analisar um tipo específico de racismo, o discursivo. No exame dos textos de vários gêneros discursivos, encontramos enunciados que – mesmo procedentes de atores sociais diferentes, de posições de sujeito e de contextos distintos – constroem, no entanto, uma mesma cadeia de sentidos interligados, reforçando, assim, uma determinada perspectiva ideológica, seja contrária ou favorável às cotas.

Mas os enunciados não se constituem de forma isolada. Eles irrompem em textos, produtos de um discurso. N. Fairclough (1992), define discurso na perspectiva de ‘linguagem como prática social’. Em vez de abordagens restritas dos fenômenos linguísticos, a análise do discurso atribui especial relevo à contextualização (Pedro, 1997). O sujeito caracteriza-se como um agente social

que é construído e que, por sua vez, contribui para a construção dos processos discursivos. Fugindo ao caos da in-comunicação, um texto reúne e estabelece sentidos, conferindo uma necessária organização interna e pondo a linguagem a serviço de algum interesse.

Na perspectiva que vem sendo abordada por Fairclough e outros, conhecida como Análise de Discurso Crítica (ADC), notam-se duas implicações na noção do discurso como prática social. A primeira delas é que o discurso é um modo de ação; a outra é que existe uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social. O papel de construção do discurso pode ser considerado, ainda segundo o autor, em três tipos de contribuição: primeiro, o discurso coopera para a construção das ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’; segundo, o discurso atua no campo das relações sociais entre as pessoas e, terceiro, o discurso intervém na construção de sistemas de conhecimento e crença. O resgate das possibilidades de mudança e da atuação transformadora do sujeito impinge nuances distintas na trajetória de investigação do discurso.

A ADC baseia-se tanto no exame linguístico específico dos textos quanto nas análises das práticas discursivas e das práticas sociais que permitam compreender as estruturas sociais de opressão. Com isso, temos subsídios para uma abordagem crítica, com vistas a desvendar sentidos que engendram relações de poder.

Dentre instituições da mídia, a imprensa tem papel preponderante na formação do consenso político que permite a reprodução do poder na sociedade. O discurso da imprensa é um dos tipos de discurso de elite, como o definiu van Dijk (2003). Examiná-lo é um dos meios privilegiados para se compreender os mecanismos pelos quais a linguagem é usada em favor de determinado segmento da sociedade ou de algum ponto de vista específico.

Para Fairclough (1995), o jornalismo implica uma complexidade de propósitos sociais. Dizer que os jornalistas apenas reelaboram os eventos é pouco.

Eles também os interpretam e explicam, tentam levar as pessoas a ver as coisas e agir de determinadas formas e têm por objetivo entretê-las. O conceito de uma ‘estória’ sugere essa multiplicidade de propósito, em que normalmente pensamos nas estórias como formas de entretenimento e diversão, e freqüentemente no sentido mais de ficção do que factual (id.: 91).

Em seu trabalho sobre racismo e imprensa, van Dijk (1991) aponta para a articulação de um discurso racista por parte das elites dominantes e como a imprensa mostra-se engajada nesse processo. Segundo ele: 1o.) um país ou uma

sociedade é tão racista quanto suas elites dominantes o são; 2o.) como representante da estrutura de poder dos brancos, a imprensa – de modo consistente – tem limitado o acesso tanto na contratação quanto na promoção ou veiculação de pontos de vista de grupos étnicos minoritários. Ele demonstra que as minorias ou os imigrantes são apresentados como um problema ou uma ameaça e são retratados preferencialmente em associação com crime, violência, conflito, diferenças culturais inaceitáveis ou outras formas de desvio.

Considerando o contexto das sociedades contemporâneas, van Dijk observa que a imprensa exerce controle quase exclusivo sobre os recursos simbólicos que forjam o consenso popular, especialmente no que diz respeito às relações étnicas. Também van Dijk (1996), em outro trabalho, valoriza a questão do acesso aos meios de massa, identificando nessa disputa por espaço a manifestação do poder, uma vez que são as elites que mais desfrutam do acesso privilegiado ao mundo da mídia como fonte de informação e com maior participação na manifestação de opiniões de sorte a influenciar o público.

O autor observa a reprodução da dominação étnico-racial por meio de padrões diferenciados de acesso ao discurso, distinguindo a população majoritária e as minorias. Segundo ele, o racismo se manifesta ali também e não apenas por meio e em razão do acesso diferenciado à moradia, empregos, aluguéis, educação ou bem-estar. O poder de acesso preferencial à mídia está, portanto, intimamente ligado ao poder que as elites têm em definir a situação das relações étnicas e de, portanto, contribuir para a reprodução do racismo.

Para melhor entendermos o contexto social no Brasil e como o debate sobre as cotas nele intervém, recorreremos a Habermas (in Fairclough, 2003) e a Chouliaraki e Fairclough (1999). O primeiro apresenta o conceito de ‘esfera pública’ para caracterizar “uma zona de conexão entre os sistemas sociais e o ‘mundo da vida’, o domínio da vida cotidiana, em que as pessoas podem decidir sobre questões sociais e políticas como cidadãos” (id.: 44). Já os últimos notam que “uma esfera pública é constituída como uma forma particular de usar a linguagem em público” (id.: 5). Do mesmo modo como há uma proliferação de esferas públicas, nota-se também uma proliferação de formas de se usar a linguagem. Aqui chegamos ao ponto central da questão política contemporânea da democracia⁷ – o enfrentamento de forças globais, que existem fora das estruturas democráticas, e a necessidade de se reconhecer e valorizar a diferença.

O debate sobre as cotas dá-se em meio a uma conjuntura social propicia uma disputa por espaço e, por conseguinte, uma reacomodação de posições de sujeito na esfera pública. O movimento negro e também brancos solidários

intervêm no processo, contrapondo-se a um discurso conservador. Já o discurso dominante promove sentidos que reforçam o *status quo* e oferece resistência à demanda por ação afirmativa. Como sugere P. Bourdieu (1989), tem-se uma “luta simbólica pela produção do senso comum” (id.: 146).

Essa conjuntura é também marcada pela emergência da modernidade tardia que pode ser caracterizada, em linhas gerais, por mudanças de ordem tecnológica, social e econômica que se processam a partir da segunda metade do século XX. Especificamente em relação à prática discursiva, pode-se notar uma valorização dos eventos de letramento (Barton, 1994) da luta ideológica no interior do discurso e do conflito de sentidos entre igualdade e diferença.

Observando uma mudança de mentalidade no contexto da modernidade tardia, M. Featherstone (1997) a caracteriza por quatro aspectos: (1) o afastamento de ambições universalísticas das narrativas mestras com ênfase na totalidade, no sistema e na unidade e a consequente valorização do conhecimento local, da fragmentação, do sincretismo, da ‘alteridade’ e da ‘diferença’; (2) a “dissolução das hierarquias simbólicas” e seus julgamentos canônicos de gosto e de valor numa opção pelo “colapso populista da distinção entre a alta cultura e a cultura popular”; (3) a “tendência à estetização da vida cotidiana” e (4) a “descentralização do sujeito”.

Na pesquisa, observamos a política de ação afirmativa em si – as iniciativas legislativas e governamentais, os processos de implantação nas universidades, os exemplos pioneiros – e também o debate público que é realizado e no qual a imprensa desempenha um papel fundamental, sendo o objeto da presente pesquisa. Além da imprensa, engajam-se no debate outras instâncias como escolas, ONGs e igrejas.

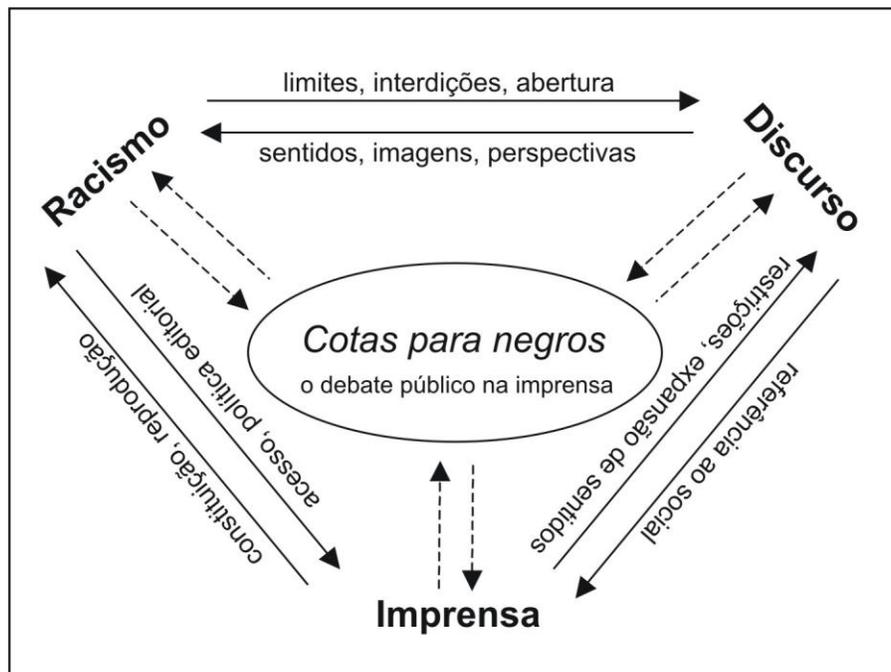
Como podemos ver na Figura 1, a seguir, três âmbitos ou dimensões sociais estão presentes e se relacionam neste debate: o racismo, o discurso e a imprensa. O âmbito do racismo implica o conjunto das relações raciais, as estruturas de manutenção das desigualdades raciais, as práticas, as rotinas e os eventos racistas, os preconceitos e a reprodução dessa realidade por diversos modos e também o movimento reverso de contestação e resistência.

O âmbito do discurso, por sua vez, é marcado pela operação da linguagem na prática social, possibilitando sentidos e imagens sobre as cotas. O discurso mantém uma relação dialética com a realidade social, intervindo em sua constituição, seja para reproduzi-la, seja para transformá-la. Finalmente, a imprensa é vista como uma instituição social que é moldada pelo discurso, mas que também o restringe e expande, e que desempenha, por isso mesmo, papel central na constituição e na reprodução do racismo.

A figura permite a compreensão do processo dinâmico pelo qual o debate das cotas realiza-se na imprensa e como o mesmo é determinado pela interação dialética entre racismo, discurso e imprensa. Nessa dinâmica, defensores e opositores da política de cotas intervêm no debate, os sentidos são mobilizados ou fixados, ganhando força e relevância, conforme o embate das formações ideológicas na perspectiva de se construir uma hegemonia para deter o consenso social. O debate das cotas realiza-se sob a influência constante e predominante do racismo, do discurso e da imprensa, ao mesmo tempo em que ele também influencia e modifica essas três realidades.

Os atores sociais distintos têm espaço diferenciado no debate, práticas e eventos racistas são estimulados ou desautorizados, novas perspectivas são apontadas, sentidos e imagens são mobilizados.

Figura 1: As cotas para negros e o esquema sócio-discursivo do racismo



O próprio debate público sobre as cotas na imprensa e seu impacto propiciam nova conjuntura, de modo que o racismo, o discurso e a imprensa são realidades

que se modificam a cada momento. As relações entre os três âmbitos da figura que dão o suporte para o debate sobre as cotas propiciam um processo eminentemente dialético. O racismo intervém sobre o discurso, e, assim, produz, por um lado, limites e interdições na manifestação do mesmo e, por outro lado, possibilidades de abertura. De sua parte, o discurso age sobre o racismo, e, ao fazê-lo, influencia com sentidos, imagens e perspectivas de enquadramento dessa realidade. Entre o discurso e a imprensa, o movimento promove uma abertura para as práticas sociais. Essa intervenção alimenta a instituição de forma recorrente, com um tipo específico de luta por hegemonia na formação do consenso social. Já a imprensa ao agir sobre o discurso, restringe-o ou amplia os sentidos, o que propicia enquadramentos e promove algumas determinadas perspectivas – imagens e sentidos.

Por fim, a relação da imprensa frente ao racismo implica uma influência específica em sua constituição, reprodução e, em contrapartida, possibilidades de transformação dessa realidade. O racismo age sobre a imprensa, e, desse modo, a influencia em questões como o acesso ao poder simbólico, seja mediante a garantia de participação efetiva dos afro-brasileiros como fonte de notícias, seja por meio da presença/ausência de representantes da comunidade negra nas redações, e limites impostos sobre a política editorial. Dada a interação dialética entre esses âmbitos, a intervenção específica feita em um pode trazer contribuições para o desenvolvimento dos demais.

Análise do discurso

Como explicamos na introdução, a pesquisa recolheu dois *corpus*: um, mais abrangente e outro mais restrito, sendo que este último constitui 23% daquele. Trabalhamos com seis gêneros discursivos do jornalismo: reportagem, editorial, artigo, coluna, entrevista e carta ao(à) editor(a). Por sua relevância, foram analisadas seis categorias linguísticas: seleção lexical, títulos, uso da negação, modalidade, argumentação e figuras de linguagem, especificamente metáfora e ironia. Vamos tratar de cada uma a seguir.

a) *Seleção lexical*: A pesquisa mostra como nesse discurso, o léxico ajuda a construir determinados sentidos sobre a política de cotas. Isso é feito por meio do uso recorrente de alguns termos ou expressões, reforçado pelo emprego deles nos vários gêneros discursivos e pelo uso de recursos paralinguísticos em paralelo. Optamos por analisar termos e expressões usados para se referir às cotas bem como adjetivos empregados para qualificara a política. No primeiro caso, identificamos sete termos ou expressões mais comuns empregados na

referência à política de ação afirmativa. São eles: cotas, cota, sistema, política, projeto/lei, regime ou proposta.

Pode-se notar que os termos ‘cotas’, ‘cota’, ‘sistema’ e ‘regime’ bem como seus correlatos são de interpretação mais restrita, isto é, mais associados ao campo do ensino superior ou à estrutura do vestibular – principalmente ‘sistema’ e ‘regime’ – ou à ideia de favorecimento aos negros, em especial ‘cotas’ e ‘cota’. Juntos esses quatro termos ou expressões e seus correlatos ocorrem pelo menos sete vezes mais do que os outros. Essa opção favorece a cristalização dessas expressões, fixando sentidos para a compreensão do fenômeno.

O termo ‘política’ favorece a compreensão mais abrangente do assunto, associando ‘cotas’ à ideia de política pública ou política social, reivindicação de movimento social organizado ou de parcela expressiva da população ou ainda assunto afeito ao campo governamental. No uso do termo ou expressão ‘projeto’ ou ‘lei’, notamos a força do aspecto jurídico-legal. Já quanto ao termo ‘proposta’, observamos que seu emprego permite uma interpretação mais fluida, num *continuum* que vai desde a associação da proposta ao Partido dos Trabalhadores à ideia de uma proposta surgida ao acaso.

Com relação ao emprego de adjetivos, o debate sobre as cotas na imprensa é caracterizado por uma forte adjetivação e pela opção de apresentar as cotas com referência preferencial ao contexto de mudança do vestibular. Os adjetivos mais usados são: polêmica(o/s), discriminatório(a/s), racista(s), inconstitucional(is) e injusta(s). Polêmico e suas variantes são os preferidos na caracterização da política de cotas, manifestando-se, em primeiro lugar, nos dois anos da pesquisa, sendo que de 2002 para 2003, o número de ocorrências triplica. Outra característica na manifestação desse adjetivo é seu emprego generalizado, nos vários gêneros discursivos, inclusive sendo o mais presente nos títulos.

No caso do adjetivo ‘inconstitucional’, ocorre uma mudança de posição no número de ocorrências, que passa do quinto e último lugar em 2002 para o terceiro em 2003. O aumento é da ordem de 1100%, o que sinaliza o novo quadro político, em que as cotas já são um fato concreto em algumas universidades e o governo federal recém empossado começa a discutir a proposta, o que suscita questionamentos quanto ao aspecto legal.

Pelo exame específico dessa categoria linguística e discursiva, o aspecto da alteração do sistema de acesso ao ensino superior torna-se a ideia predominante no discurso da imprensa sobre as cotas, o aspecto com base no qual deriva-se toda a polêmica. Tal opção não se dá ao acaso, sendo resultado

do modo como o racismo e as relações raciais são abordados na sociedade brasileira, de um modo geral, e na imprensa, em particular, e da forma como os negros são representados.

b) Os títulos: A pesquisa aponta a contribuição específica dos títulos para o prestígio das expressões ‘cotas’, ‘cota’ e ‘sistema’, para a associação de adjetivos desfavoráveis à política e para a definição da agência, isto é, como o título constrói e atribui papéis de agente e de paciente na ação apresentada. Como os títulos são, normalmente, a primeira coisa que se lê em um jornal, a apresentação deles pode, já a princípio, encaminhar ou predispor o leitor a determinado tipo de interpretação.

Tomamos o título como uma categoria linguístico-discursiva, o que significa considerar de que modo, nele, aspectos gramaticais como o uso de adjetivos e a sintaxe da frase são engendrados de modo a propiciar alguns sentidos e não outros no processo discursivo.

Considerando o ano de 2002, dos 42 títulos da *Folha* em que cotas são o assunto principal, em 14 deles, os negros ou as cotas aparecem como paciente da ação, contra 9 em que figuram como agentes. Além disso, em 7 deles, as referências às cotas são negativas, ao passo que 3 títulos referem-se positivamente às cotas. Dos 11 títulos do *JB*, em apenas 1, negros ou cotas figuram como agentes, enquanto em 7 são pacientes da ação. Em dois deles, há uma caracterização favorável, enquanto em 2, a referência é negativa. Já entre os 14 títulos do jornal *A Tarde*, em três deles, negros ou cotas figuram como agentes e em dois como pacientes da ação. Adjetivos ou expressões adjetivadas não são usados e em apenas um título a caracterização é negativa, enquanto em dois a referência é positiva. Alguns exemplos:

Trampolim para a universidade [*Folha*, 28/01]

Questão de cor [*Folha*, 23/05]

PROJETO DE COTAS NAS UNIVERSIDADES, A SER ADOTADO
NO RIO NESTE ANO, É POLÊMICO MESMO ENTRE JOVENS
NEGROS PÁGS. 4 E 5

Direitos Humanos polêmicos [*JB* 03/01]

A cor da desigualdade que aumenta [*AT* 21/02]

Quanto a 2003, na *Folha*, de 69 títulos examinados, os negros ou as cotas figuram como agentes em 14 deles, enquanto em 17 são pacientes da ação; há 8 títulos com referência desfavorável contra 5 de caracterização positiva. No *JB*, de 33 títulos, em apenas 3 deles, negros ou cotas figuram como agentes, enquanto em 8, são pacientes da ação; não se verificam adjetivos no título. Em 6 deles, há uma caracterização desfavorável contra 4, em que a referência é positiva. Quanto aos 24 títulos do jornal *A Tarde*, em 6 deles, negros ou cotas figuram como agentes enquanto em 9 são pacientes da ação. Em 7 dos títulos a caracterização é desfavorável, já em 4, positiva.

Alguns exemplos:

Sistema de cotas pode ser 'desastroso', afirma Uerj [*Folha*, 09/02]

Brindeiro: cota para negro fere Constituição [*JB*, 18/06]

Critério de cotas para negros pode gerar fraude no vestibular [*AT*, 23/02]

Questão agora é saber quem de fato é negro [*AT*, 09/03]

NOVA POLÊMICA - Critério de cotas abre outro debate sobre definição da cor do candidato

c) *Uso da negação*: A negação cumpre várias funções no discurso da imprensa sobre as cotas. Uma característica básica no desempenho das várias funções é a de aludir à fala que é combatida, rejeitada, rechaçada, o que se dá tanto nos enunciados contrários como naqueles em apoio à política de cotas. Nesta pesquisa, pode-se notar que a negação é empregada de forma generalizada nos textos dos vários gêneros examinados e tanto nas falas atribuídas a uma ou outra fonte como nos trechos assumidos pelo/a jornalista, colunista, articulista ou editorialista.

Por meio da negação, desqualifica-se o campo adversário, rejeitando fundamentos da política de cotas como o reconhecimento da comunidade negra e do movimento negro como ator social relevante, a realidade do racismo, a necessidade da política de ação afirmativa, e a exequibilidade do sistema de cotas. Além disso, a negação cumpre funções específicas como nos exemplos abaixo, pela ordem, as de desviar o foco de avaliação da medida – em vez da questão do acesso, o problema da permanência, desqualificar as cotas, explicando a desigualdade como fenômeno de classe e não racial e de minimizar distinções étnicas na sociedade, propondo uma uniformidade em torno da identidade de brasileiro.

Alguns exemplos:

"Para nós, *o problema não é o aluno entrar na universidade*. Nosso desafio é mantê-lo no sistema com qualidade. Por isso, liberamos recursos para montar o sistema de suplência nas universidades", disse Vialves. [Folha, 26/06/02]

Os pobres só terminam a quarta série do primeiro grau. *As cotas ajudam a mudar a cor da universidade, mas não a classe*. No Brasil, *o preconceito mais forte não é de raça e sim de classe*, embora exista um preconceito racial, também.(...) [AT,24/02/03]

Estou cansado de ler o debate sobre cotas étnicas. *Não sou negro, não sou branco, muito menos pardo, minha cor é brasileira*. [JB, 28/05/03]

d) *Modalidade*: Nesse processo discursivo, a modalidades ocorre nos vários gêneros discursivos por meio do emprego de advérbios modalizadores, de alguns tipos de modos e tempos verbais, de operadores argumentativos ou de formas verbais perifrásticas. Nota-se que são marcas linguísticas relevantes para a construção de sentidos que, aliados a outros aspectos do discurso, contribuem para o estabelecimento e reforço de uma determinada perspectiva ideológica. Ela também cumpre funções específicas a depender do contexto de ocorrência, como veremos a seguir.

Alguns exemplos:

A reserva pleiteada é *absolutamente* inconstitucional, já que fere o princípio de igualdade de direitos para todos e o de proibição de discriminação de pessoas devido ao credo, raça etc. [Folha, 21/10/02]

→A função aqui é a de associar e reforçar imagens negativas relativas às cotas, como de que seriam inconstitucionais ou trariam prejuízo ao ensino superior.

Mesmo entre os que apóiam a adoção de cotas, há quem aponte falhas nos sistemas da Uerj (Rio de Janeiro) e UnB (Brasília). [AT, 21/11/03]

→A função desempenhada é a de mostrar as cotas como objeto de disputa mesmo entre seus defensores.

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, disse ontem, no Rio, que não defende a adoção da política de cotas para negros nas universidades *até que haja um consenso* sobre a questão. Cristovam afirmou que, como pensador e professor, considera o sistema um bom caminho, mas, como

ministro, espera que a questão se torne lei *quando estiver mais bem aceita* pela opinião pública. [JB, 11/03/03]

→A função aqui é de resguardar a imagem dos que se opõem às cotas.

e) *Argumentação*: Na pesquisa, pode-se notar que não somente os textos dos gêneros opinativos – editoriais, artigos, cartas ao(à) editor(a), colunas e entrevistas – mas mesmo as reportagens apresentam inúmeros exemplos de argumentos, não somente nas falas de pessoas entrevistadas como também no próprio texto do(a) repórter.

Na análise, identificamos e agrupamos as estruturas argumentativas de acordo com a estratégia discursiva utilizada, de tal sorte que a associação delas com outras estratégias discursivas – tais como o emprego de figuras de linguagem e de outros recursos linguísticos – cooperam na fixação de sentidos específicos. Não raro, embora sejam associados a uma estratégia específica, os argumentos podem compartilhar nuances de uma ou outra estratégia.

Identificamos as seguintes estratégias: concessão aparente, manobra de desvio, referência vaga ou generalização, efeito contrário, comparação, antecipação de eventos e contra-argumentação.

Vamos usar dois exemplos:

O regime de cotas em função da cor da pele revela oportunismo ou ignorância de quem a apóia porque não existe "raça" e nem a etimologia da palavra é conhecida; (...) [JB, 27/02/03]

→Nota-se aqui, a estratégia de manobra de desvio. Ao focar na discussão sobre a não existência de raças ou da etimologia da palavra, não se trata do que realmente interessa, o racismo, seus efeitos e possibilidades de enfrentá-lo.

A estratégia de incluir pobres e negros nas universidades à força não vai eliminar as deficiências culturais que tais alunos acumularam em suas vidas. O resultado provável será o aumento da evasão nas universidades. [Folha, 21/02/03]

→Neste exemplo, observa-se a estratégia de antecipação de eventos. Ao chamar a atenção para expectativas a médio e longo prazo, o autor resguarda-se, no entanto, de apresentar prova ou sustentação à previsão que faz.

f) *Figuras de linguagem*: A linguagem figurada – como estratégia discursiva – desempenha funções como a de qualificar, desqualificar, associar imagens negativas e positivas, fixar ou questionar sentidos e propor limites ou

parâmetros de interpretação. Analisamos duas figuras, a metáfora e a ironia. No caso da metáfora, cuja definição básica é explicar uma coisa em termos de outra (Lakoff e M. Johnson, 1980), observa-se um jogo intrincado para o qual é necessário o exame do discurso como um todo e não apenas de um simples enunciado para compreendermos que efeito tal expressão cumpre naquele texto. Por exemplo, o termo ‘abismo’ é utilizado em alguns textos para caracterizar a realidade das desigualdades raciais no Brasil, o que pode ser entendido como o reconhecimento de que a sociedade é racista. No entanto, nesse debate, sobram críticas à proposta da comunidade negra e faltam contribuições sérias quanto a medidas para superar o problema das desigualdades. Nesse caso, o uso da metáfora serve ao propósito de resguardar a imagem de quem a enuncia, construindo a imagem de interlocutor insuspeito nesse debate.

Observe-se esse exemplo:

Entre as questões mais polêmicas, fala-se que *as reservas de vagas podem servir como tapa-buracos*, com a manutenção do quadro de desigualdade. [AT, 21/11/03]

→ Trata-se, aqui, de um texto de reportagem. A metáfora ‘tapa-buraco’ evoca a imagem de algo superficial, provisório, limitado. O que é apresentado como justificativa para o uso da metáfora vem por meio de uma nominalização – ‘a manutenção das desigualdades raciais’. Vemos aí o pressuposto de que as reservas de vagas não alteram o quadro de desigualdade entre negros e brancos. O diferencial da medida – sua função como reparação e compensação – é esvaziado pelo uso da metáfora.

Já a ironia fornece um bom parâmetro do nível de resistência à política por parte de segmentos da sociedade. A intervenção da ironia num texto, ensina-nos M. Marino (1998) “geralmente envolve intenções e sempre envolve contextos” (id.: 409). Os contextos mais propícios à manifestação da ironia são aqueles em que se questionam critérios para se reconhecer o público-alvo da política de cotas e a atitude política dos defensores e dos opositores às cotas.

Veja o exemplo:

Só uma perguntinha: As provas desse pessoal que foi aprovado no vestibular beneficiado pela cota para negros serão corrigidas levando-se em consideração a cor do aluno? Parece que empurraram para dentro das faculdades a seleção por conhecimentos que deveria ter sido feita na entrada. Sobrou o abacaxi para os professores universitários, que vão ter de reprovar quem não conseguir acompanhar o curso. [JB, 24/02/03]

→ Trata-se de uma carta ao(à) editor(a). A cidadã vale-se também de metáforas – ‘empurraram para dentro das faculdades a seleção por conhecimentos’ e ‘sobrou o abacaxi’ – para caracterizar como grave problema a adoção das cotas. A ironia caracteriza a política como um benefício indevido. Sugere que, baseada na mesma, seria possível pleitear uma avaliação menos rigorosa para os alunos beneficiados, referidos de modo pejorativo como ‘esse pessoal’. A ironia vale-se do uso do operador argumentativo ‘só’, do numeral ‘uma’ e do substantivo no grau diminutivo ‘perguntinha’. Com isso, sinaliza-se que não é necessário muito para se demonstrar o quanto as cotas são um absurdo, bastando a insinuação das dificuldades que terão os beneficiados para acompanhar com proveito o nível do ensino. Desse modo, há o pressuposto de que os beneficiados não têm capacidade para acompanhar o curso e sair-se bem nas provas.

Considerações finais

A princípio, parece que o saldo é desfavorável aos afro-brasileiros e à luta por reparação e compensação. Observa-se nos dados da pesquisa uma boa medida de incompreensão, raiva, indignação, revolta, desprezo, preconceito e medo. Está presente também a perspectiva de exacerbação de conflitos raciais com a possibilidade de agregar mais preocupações, temores e mesmo sofrimento à comunidade negra no Brasil. Entendemos que essas perspectivas de problemas e sofrimentos não devem ser desprezadas, tanto as relativas à sociedade abrangente, quanto as referentes aos negros. Nada indica, porém, que o cenário mais pessimista que se possa imaginar para esse futuro próximo seja algo mais dramático e pernicioso do que têm sido as seculares relações raciais na sociedade brasileira.

A investigação leva-nos a concluir:

→ Os sentidos recorrentes sobre a política de cotas reforçam: o aspecto da mudança no vestibular, minimizando o enfoque da mesma no quadro das políticas públicas de combate ao racismo; os prejuízos trazidos tanto ao sistema de ensino como a estudantes não-negros; e a ideia de polêmica como algo inerente à política em vez de vê-la como indicativo da resistência em enfrentar o racismo em suas manifestações concretas. Tais sentidos são fixados pelo emprego de termos e expressões desfavoráveis e mesmo pelo emprego dos títulos, da negação, da modalidade, da argumentação e da retórica e também pelo uso de estratégias discursivas associadas: enfoques na abordagem, edição das falas dos participantes, repetição e representação dos atores sociais. A

operação que leva à fixação de alguns sentidos em detrimento de outros é de ordem ideológica. O exame das práticas sociais evidencia uma disputa pelo controle do consenso social sobre a questão do racismo na sociedade brasileira e de medidas para combatê-lo.

→ Um dos aspectos distintivos no discurso da imprensa sobre a política de cotas é a posição de subalternidade dos negros no processo social. A intervenção do movimento negro como protagonista da iniciativa ou como ator social determinante nesse processo ou é ignorada ou então minimizada. Os negros são representados principalmente como o outro, o paciente das políticas públicas. Sua participação como fonte de informação é subvalorizada.

→ A imprensa contribui para a reprodução do racismo no Brasil na medida em que toma partido no debate que se realiza na esfera pública sobre questões como racismo e políticas de ação afirmativa. Trata-se de uma intervenção conservadora, isto é, em favor da manutenção do *status quo* na sociedade brasileira, o que ajuda a constituir o racismo discursivo. Pela perspectiva deste, os negros, suas perspectivas e interesses – as cotas entre eles – são representados de modo desfavorável. A linguagem é posta a serviço do poder e de sua reprodução.

O debate público sobre as cotas na imprensa trouxe à esfera pública, de um modo especial, temas muito caros ao povo negro. A discussão inicial, a propósito das possibilidades de adoção das cotas, deu ensejo a que se tratasse também de desigualdades, da discriminação, do desequilíbrio perverso das relações raciais no país, enfim, do racismo à brasileira. Trata-se de assuntos de longa data na agenda do movimento negro, mas sempre difíceis de pautar, e não somente na imprensa. Quanto a uma certa dose de irrealidade quando se discute, por exemplo, a suposta dificuldade em se identificar quem é negro(a) no Brasil, tal aspecto pode ser visto como um indicativo do quanto o debate sobre as relações raciais no país foi deixado de lado ao longo dos anos. Apesar da resistência bem articulada às cotas, a emergência do debate e a possibilidade de que o diálogo na esfera pública avance apontam para o fortalecimento do processo de democratização na sociedade brasileira.

Notas

1 Conferência realizada em Durban, na África do Sul, entre 31 de agosto e 7 de setembro de 2001.

2 O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – é o órgão público responsável por levantamentos demográficos, dados referentes a trabalho, economia e mercado etc. No censo de 2010, o percentual de negros na população brasileira, segundo o mesmo órgão, foi de 50,7%

3 O emprego da linguagem a serviço da constituição de um lugar social para os negros implica o uso de marcas linguísticas, dentre as quais a pressuposição, para atribuir ao grupo social perspectivas do senso comum e manter, desse modo, o controle de sentidos e imagens sobre o grupo (Magalhães, 1995).

4 Confira Cap. 2, Seção 2.2.1 e Cap. 3, Seção 3.5

5 Essa atitude observada pelos pesquisadores referidos por Essed é encontrada nos dados desta pesquisa não apenas nas manifestações dos leitores, mas também nos editoriais e nos artigos.

6 Fairclough (1997) mostra como em Gramsci “o poder político da classe dominante dessas sociedades baseia-se numa combinação de ‘dominação’ – poder estatal no sentido mais restrito da expressão, controle das forças de repressão e capacidade de fazer uso da coerção contra outros grupos sociais – e de ‘liderança intelectual e moral’, ou ‘hegemonia’ (Forgacs, 1988: 249). Nesse sentido, o Estado é uma combinação de ‘sociedade política’ (o domínio público, o domínio do poder estatal, no seu sentido mais estrito) e de ‘sociedade civil’ (o domínio privado, o domínio da hegemonia)” (id.: 79).

7 Para A. Touraine (1999), democracia “é antes de tudo o regime político que permite aos atores sociais formar-se e agir livremente” (id.: 345). Três princípios dariam consistência, segundo Touraine, ao processo democrático: ‘o reconhecimento dos direitos fundamentais’, ‘a representatividade social dos dirigentes e da sua política’ e ‘a consciência de cidadania’.

Referências Bibliográficas

Amdur, R. (1995) Compensatory justice: the questions of costs, In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp.91-104.

Barton, D. (1994) *Literacy; an introduction to the ecology of written language*, Oxford: Blackwell Publishers.

Bayles, M. D. (1995) Reparations to wronged group, In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp.15-17.

Boxill, B. R. (1995) The morality of reparation, In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp.107-114.

Bordieu, P. (1989) *O poder simbólico*. Trad. F. Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand. Cambridge, Massachusetts, University Press.

Cowan, J.L. (1995) Inverse discrimination, In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp.5-7.

Chouliaraki, L. e Fairclough, N. (1999) *Discourse in late modernity; rethinking critical discourse analysis*, Edimburgo: Edinburgh University Press.

Essed, P. (2002) Everyday racism; a new approach to the study of racism, In: P. Essed e D. T. Goldberg (orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden e Oxford: Blackwell Publishers. pp.176-194.

- Ezorsky, G. (1991)** Racism and justice; the case for affirmative action, Ithaca: Cornell University Press.
- Fairclough N. (1992)** *Discourse and social change*, Cambridge: Polity Press.
- Fairclough N. (1995)** *Media discourse*, Londres: Edward Arnold.
- Fairclough, N. (1997)** Discurso, mudança e hegemonia. In: E. R. Pedro (org.) *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, pp. 77-103.
- Fairclough N. (2001)** *Discurso e mudança social*, Trad. I. Magalhães et al. Brasília: Unb.
- Fairclough N. (2003)** *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Featherstone, M. (1997)** *O desmanche da cultura; globalização, pós-modernismo e identidade*. Trad. C. E. M. de Moura. São Paulo: Studio Nobel; SESC.
- Foucault, M. (1986)** *A arqueologia do saber*. Trad. L. F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Freire, G. (1990)** *Casa-grande e senzala*, São Paulo: Círculo do Livro.
- Goldberg, D. T. (2002)** Modernity, race and morality. In: P. Essed e D. T. Goldberg.(orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden e Oxford: Blackwell Publishers, pp 283-306.
- Goldman, A. H. (1995)** Reparations to individuals or groups? In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp.35-37.
- Hall, S. (2002).** Race, articulation, and societies structured in dominance. In: P. Essed e D. T. Goldberg.(orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden e Oxford: Blackwell Publishers, pp 38-68.
- Hill Jr. T. E. (1995)** The message of affirmative action. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp.169-191.
- Hook, S. (1995)** Reverse discrimination. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp. 145-152.
- Lakoff, G. e Johnson, M. (1980)** *Metaphors; we live by*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- Marable, M (2002)** Affirmative action and the politics of race. In: P. Essed e D. T. Goldberg (orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden e Oxford: Blackwell Publishers, pp.344-354.
- Marino, M. (1998)** Irony. In: J. Mey, *Concise encyclopedia of pragmatics*,

Oxford: Elsevier.

Miles, R. (1993) *Racism after 'race relations'*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Munanga, K. (1996). O anti-racismo no Brasil. In: K. Munanga (org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, pp.79/94.

Newton, L. H. (1995) Reverse discrimination as unjustified. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp.115-120.

Nickel, J. W. (1995a) Discrimination and morally relevant characteristics. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp.3-4.

Nickel, J. W. (1995b) Should reparations be to individual or to groups. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp.27-33.

Pedro, E. R. (1997) O discurso dos e nos media. In: E. R. Pedro (org.) *Análise Crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, pp.293-312.

Santos, H. (1996). Uma visão sistêmica das estratégias aplicadas contra a discriminação racial. In: K. Munanga (org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, pp.113/120.

Shiner, R. A. (1995) Individuals groups and inverse discrimination. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp.19-22.

Thompson, J. B. (1998) *Ideologia e cultura moderna; teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Trad. P. A. Guareschi et al. Petrópolis: Vozes.

Touraine, A. (1999) *Crítica da modernidade*. Trad. E. F. Edel. Petrópolis: Vozes.

Van Dijk, T. A. (1991) *Racism and the Press*, Londres: Routledge.

Van Dijk, T. A. (1992) Discourse and the denial of racism, *Discourse & Society*, 3 (1): 87-118.

Van Dijk, T. A. (1996) Discourse, power and access. In: C. R. Caldas-Coulthard e M. Coulthard (orgs.) *Texts and practices; readings in critical discourse analysis*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp.84-104.

Van Dijk, T. A. (2000) New(s) racism: a discourse analytical approach. In: S. Cottle (org.) *Ethnic minorities and the media*. Filadélfia: Open University Press, pp.33-49.

Van Dijk, T. A. (2003) Racismo y discurso de las élites. Barcelona: Gedisa.

Woodruff, P. (1995) What's wrong with discrimination? In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp.39-42.

Nota biográfica

| | |
|--|--|
|  | <p>André Ricardo Nunes Martins é doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Sua tese baseada na Análise de Discurso Crítica e nos estudos sobre racismo, investigou o discurso da imprensa sobre a política de ação afirmativa para negros na universidade, tendo examinado textos de três jornais diários brasileiros entre 2002 e 2003. É apresentador e repórter da TV Senado e membro do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade, da UnB E-mail: andre33@uol.com.br</p> |
|--|--|